



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2024/FESPDS/PA

Promotor: Estado do Pará Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social -FESPDS/Pa	
CNPJ nº. 35.516.470/0001-97	
Objeto: Aquisição de 06 lanchas em alumínio naval, com motor 150 Hp, com carreta de encalhe e transporte tipo reboque, com todos os equipamentos náuticos legalmente exigidos pela autoridade marítima para navegação e devidamente caracterizada para o uso policial de segurança pública, oriundo do Termo de Adesão nº 14/2023, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.	
Método de disputa: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto	
Critério de julgamento: <input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço	
Entrega	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Local</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
Valor Total estimado: R\$ 1.975.673,34 (Hum milhão, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos)	
<i>Período</i>	12 meses
Pagamento	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	
Abertura da sessão pública	
	Data: 18/06/2026. Hora: 10h00min. Local: www.gov.br/compras (UASG 928154)



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio do **Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS/Pa**, CNPJ nº. 35.516.470/0001-97, com sede na Travessa do Chaco, nº. 2271- Bairro: Marco, Belém/Pa, neste ato representada pela Secretária Executiva, **VITÓRIA FRANCÊS NASCIMENTO**, designada pela Portaria nº 048/2026/CGP-GAB/SC de 06 de maio de 2026, publicado no D.O.E Nº 36.523, de 08/05/2026.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, **Decreto Estadual nº 2.940/2023**, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 046/2025 de 22/04/2025, que designa os Agentes de Contratação e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é Aquisição de 06 lanchas em alumínio naval, com motor 150 Hp, com carreta de encalhe e transporte tipo reboque, com todos os equipamentos náuticos legalmente exigidos pela autoridade marítima para navegação e devidamente caracterizada para o uso policial de segurança pública, oriundo do Termo de Adesão nº 14/2023, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

3.2 O bem a ser licitado está descrito detalhado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

LOTE				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VL UNITÁRIO ESTIMADO	VL. TOTAL ESTIMADO
01	Lancha Voadeira em Alumínio Naval 150 HP, conforme consta no Termo de Referência.	06	R\$ 286.140,00	R\$ 1.716.840,00
02	Reboque da Lancha 150HP, conforme consta no Termo de Referência.	06	R\$ 43.138,89	R\$ 258.833,34
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 1.975.673,34

3.3 A licitação observará o seguinte:

☒ Lote, conforme a tabela do item 3.2 deste edital.

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.8](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.8](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

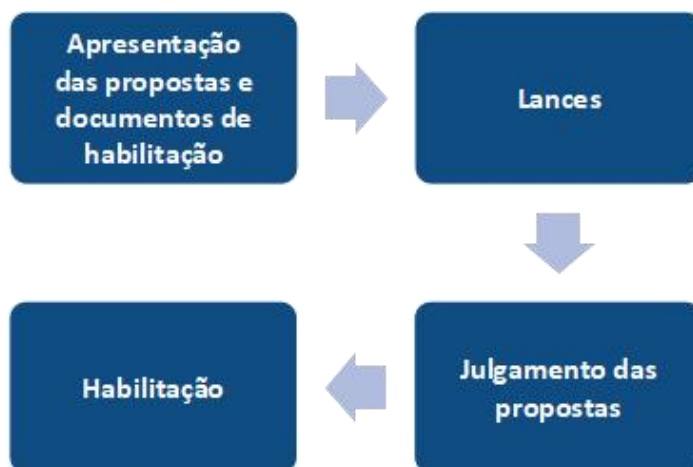
4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.8](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do [item 4.9](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:





Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o licitante for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a. valor do item.
- b. Marca.
- c. Fabricante.
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor total do lote**

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 100,00 (Cem reais)**.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.14. O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa		Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente, de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

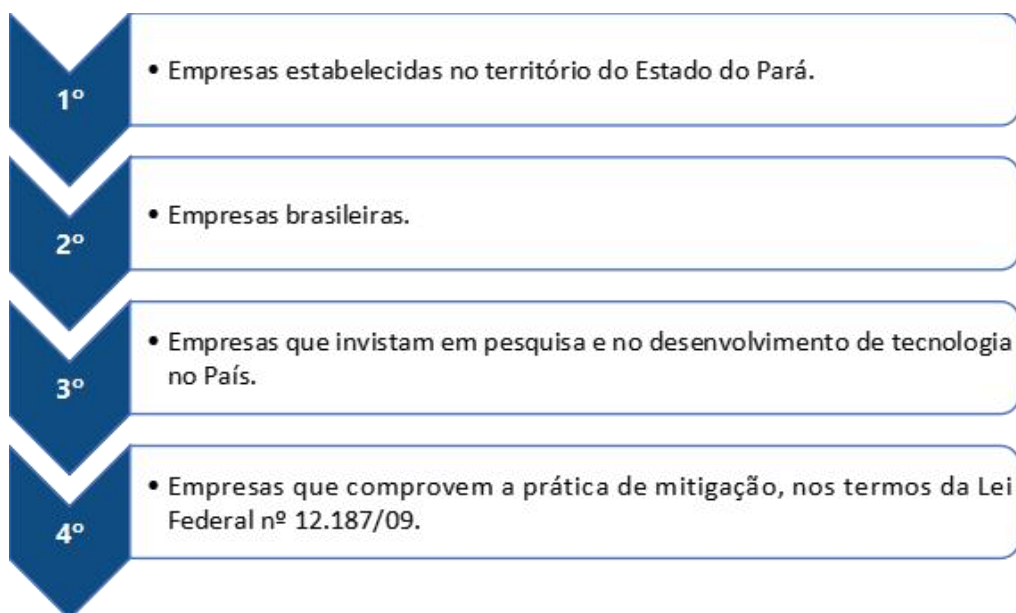
Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:





Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.25. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens **7.23** e **7.24**, proceder-se-á o sorteio como critério de desempate no sistema Compras.gov.br, conforme Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.26 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.27 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.29 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.30 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.32 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecuibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem ou da área especializada no objeto.

8.12 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a.** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b.** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.16 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

Habilitação Jurídica



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.20 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.21 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.22 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.23 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.24 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.25 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.26 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.27 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.28 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal e trabalhista

9.29 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.30 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.31 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.32 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.33 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.34 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.35 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá

comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.36 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira.

9.37 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.38 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.39 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.39.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.39.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.39.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.39.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

9.40 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.41 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.42 Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

9.43 Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Documentos técnicos **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:</p> <p>1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;</p> <p>2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;</p> <p>3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;</p> <p>4. Deixar de apresentar amostra;</p> <p>5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;</p> <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p>Multa</p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p><i>e</i></p> <p>Impedimento de licitar e contratar*</p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o</p>	<p>Multa</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;	15% a 30% do valor do contrato licitado.
e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;	<i>e</i>
f. Fraudar a licitação;	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:	
1. Agir em conluio ou contra a lei;	
2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;	
3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;	
h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	
i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b.** As peculiaridades do caso concreto.
- c.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

f. **12.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;

b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Julgamento das propostas

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de [definir o meio de recebimento de impugnação ou solicitação de esclarecimento]

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Dos Recursos Orçamentários

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 06.181.1510.8993.10 - Operacionalização das Ações Administrativas

Natureza: 344905220



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Fonte: 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077(Recurso Próprio - Superávit)

CLÁUSULA 15

Do Reajuste dos Preços

Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

CLÁUSULA 16

Disposições finais

16.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

16.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

16.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

16.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III - Modelo De Declaração de Sustentabilidade Ambiental

ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará/Emenda Constitucional do Estado do Pará nº. 42/2008.

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Belém, (PA), 27 de maio de 2026.

VITÓRIA FRANCÊS NASCIMENTO
Secretária Executiva do FESPDS - em exercício

VITORIA
FRANCES
NASCIMENT
TO

Assinado digitalmente por VITORIA
FRANCES NASCIMENTO
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
OAB, OU=16935617000139, OU=
Presencial, OU=Assinatura Tipo A3
, OU=ADVOGADO, CN=VITORIA
FRANCES NASCIMENTO
Razão: Eu sou o autor deste
documento.
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

O QUE SERÁ CONTRATADO?					
OBJETO: Aquisição de 06 lanchas em alumínio naval, com motor 150 Hp, com carreta de encalhe e transporte tipo reboque, com todos os equipamentos náuticos legalmente exigidos pela autoridade marítima para navegação e devidamente caracterizada para o uso policial de segurança pública.					
Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	<p>LANCHA VOADEIRA EM ALUMÍNIO NAVAL 150HP</p> <p>1. CARACTERÍSTICAS</p> <p>1.1. Embarcação de semi-planeio, capaz de atingir um cruzeiro de 18- 25 kts com motorização de 150 HP.</p> <p>1.2. Embarcação construída totalmente em alumínio naval e concebida para fornecer uma navegação de cruzeiro confortável em rios e baías, com casco seguido os mais novos conceitos de formas para casco de semi-planeio, com um maior coeficiente prismático, permitindo velocidades maiores quando necessário e quinas planas diminuem o spray.</p> <p>2. CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS:</p> <ul style="list-style-type: none">- Comprimento total: 7,00m (sete metros);- Boca: 2,00 m (dois metros);- Pontal: 0,80 m (oitenta centímetros);- Potência a ser instalada: 150 HP;- Capacidade do tanque de combustível: 250 litros (duzentos e cinquenta litros);- Capacidade: 08 (oito) pessoas; <p>3. ESTRUTURA:</p> <p>3.1. Embarcação quilhada, soldada pelo processo Mig, de alta performance, construída em duralumínio naval ASTM liga 5052 H 34, fundo com 4,0 mm de espessura, lateral com 3,17mm de espessura, estrutura e popa reforçada; possui pequeno calado de operação e capacidade de abicar em margens e praias; velocidade máxima de 25 nós (dependendo da condição de carga). Embarcação enquadrada em todos os requisitos definidos pela Diretoria de Portos e Costas, de acordo com a NORMAN 02 (Normas da Marinha);</p> <p>3.2. O piso da embarcação deverá ser em chapa de alumínio antiderrapante xadrez.</p>	UND	6	R\$ 288.943,00	R\$ 1.733.658,00

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Marcelo Fabrício da Costa de Albuquerque (Lei 11.119/2006)
EM 08/07/2024 ÀS 18:25 HORA LOCAL - Assinatura: 3600A0A0F470838 3600A0A0F470838 3600A0A0F470838 3600A0A0F470838 3600A0A0F470838 3600A0A0F470838



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

<p>4. SISTEMA DE PROPULSOR:</p> <p>4.1 HP / KW: de alumínio 150 / 110;</p> <p>4.2 Tipo motor: 4 cilindros (4 tempos);</p> <p>4.3 Cilindradas (L): de no mínimo 2600;</p> <p>4.4 RPM de aceleração máxima: compreendidos entre 5000 – 6000.</p> <p>4.5 Sistema de partidas: Elétrico.</p> <p>4.6 Hélice: Aço inoxidável.</p> <p>4.7 Peso seco: Não superior a 220 Kg.</p> <p>4.8 Sistema de combustível: injeção eletrônica de combustível.</p> <p>4.9 Direção: Hidráulica ou compatível com eletro-hidráulica.</p> <p>4.10 Posições do câmbio: F - N – R;</p> <p>4.11 Opções do câmbio: Padrão;</p> <p>4.12 Sistema de ajuste da rabeta: Power Trim.</p> <p>4.13. Ignição: Elétrica ou superior.</p> <p>4.14. Sensor de temperatura: Disponível.</p> <p>4.15. Sistema de operação: Caixa de comando e mudança de aceleração mecânica.</p> <p>5. SISTEMA ELÉTRICO</p> <p>5.1 Alimentação da lancha será realizada por uma bateria com capacidade mínima de 150Ah, corrente 12v.</p> <p>5.2 Painel de comando elétrico com sistema iluminação Back Light que indica quando a finca está em operação. Equipamento à prova d'água, com porta fusível, 6 (seis) funções, sendo quatro chaves liga/desliga + uma para buzina e uma para bomba de porão. Acompanha uma cartela de etiqueta de funções para maior flexibilidade.Dimensões: Comprimento Total 15cm, Largura 7,5 cm;</p> <p>5.3 Cabos para interligação dos equipamentos ao painel de comando, estanhados, com isolamento em PVC 600 V / 2,5 mm². Nas cores preto (negativo), vermelho (positivo) e marrom (terra).</p> <p>5.4. Chave Geral de 01 (uma) bateria, com seletor de: ligar e desligar, 250 AMP contínuos e 360 AMP intermitentes, Marinizada e blindada.</p> <p>5.5. 01 (um) Plug de 12 V, e 01 (uma) tomada náutica dupla 12v USB, resistente a água;</p> <p>5.6. Terminais Pré-isolados para utilização nas interligações dos cabos aos equipamentos e ao painel de comando elétrico.</p> <p>5.7. Cabos de bateria de 35 mm² com bornes de bateria, estanhados, com isolamento.</p> <p>6. SISTEMA DE COMANDO:</p>				
---	--	--	--	--

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Marcelo Fabricio da Costa de Albuquerque (Inal. 11.419/2006)



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

<p>6.1. Comando de direção hidráulica, deverá ser da mesma fabricante do motor, Kit de direção hidráulica completo, contendo: a) Caixa de direção; b) Cilindro Hidráulico; c) Óleo Hidráulico; d) Tubos compatíveis com o comprimento da embarcação volante/motor; e) Manual de instalação; f) Todas as peças de montagem contendo todos os acessórios ao que se destina sendo que este sistema já deverá estar instalado na embarcação.</p> <p>6.2. Volante.</p> <p>7. REDE DE COMBUSTÍVEL:</p> <p>7.1. Um tanque de combustível com boia, com capacidade mínima de 250 litros.</p> <p>7.2. Marcador de combustível fixado no painel da embarcação.</p> <p>7.3. Porta de visita, com objetivo de realizar manutenção no tanque de combustível, quando necessário.</p> <p>7.4. tanque com marcador de nível do combustível visível.</p> <p>ACESSÓRIOS DA LANCHAS 150 HP, LOTE Compostos por:</p> <p>8. ACESSÓRIOS</p> <p>8.1. Cunhos para amarração na extensão do casco.</p> <p>8.2. Âncora de 10 Kg (dez quilos) em ferro galvanizado à fogo, com cabo de no mínimo 25 metros de comprimento e 8mm de espessura.</p> <p>8.3. 04 (Quatro) Guarda Mancebo de 2" (duas polegadas) em aço inox - Comprimento 30,5cm - Altura 5,7cm, a serem instalados na parte interna da embarcação, para servir de apoio e local de apear armamentos e equipamentos da tripulação.</p> <p>8.4. 06 defensas vertical tipo fender PVC G-% de 21,6 cm x 68,8cm.</p> <p>8.5. 04 (Quatro) Remos telescópico retrátil com ajuste entre 60cm e 1,20m.</p> <p>8.6. Escada retrátil três degraus em inox, localizada na popa da embarcação.</p> <p>8.7. Bancos estofados em material EVA de 8mm.</p> <p>8.8. 02 (duas) Bombas de porão: 01 (uma) de 1.100 GPH (Galão Por Hora) ligada no automático da bomba e no painel elétrico e a outra 01 (uma) de 2.000 GPH (Galão Por Hora) ligada diretamente no painel elétrico.</p> <p>8.9. 03 (três) farol LED fixado na targa</p> <p>8.10. Farol manual de no mínimo 500.000 velas, 12v, 150w, com plug macho, compatível com acendedor de cigarros.</p>				
---	--	--	--	--



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

<p>8.11. Targa para fixação de equipamentos de sinalização e acessórios de navegação, com tubo em alumínio de no mínimo 1.1/2" x 1/8 de diâmetro.</p> <p>8.12. 50 m (cinquenta metros) Cabos de atracação de 14mm (quatorze milímetros) de espessura.</p> <p>8.13. Bujão completo de aço inox de 1", instalado no espelho de popa da embarcação.</p> <p>8.14. 01 (uma) Buzina em aço Inox</p> <p>8.15. Sirene eletrônica para aplicação marítima com no mínimo 05 tons e sistema de megafone incorporado que elimine ruídos externos, potência de 100 watts, entrada de rádio para reprodução no sistema de alto falante, driver injetado em polietileno no formato retangular totalmente a prova de corrosão.</p> <p>8.16. Suporte de ancora em inox;</p> <p>8.17. 80 m (oitenta metros) de Cabo náutico de 12 mm;</p> <p>8.18. 02 (dois) Guarda Mancebos em alumínio localizados nas bordas superiores externas nas bochechas de Bombordo e Boreste da embarcação.</p> <p>8.19. Targa em aço inoxidável com dois tubos de 1.1/4 polegadas, com base superior removível para facilitar a instalação de acessórios (luzes de navegação, farol de busca, antenas de rádios e gps, giroled, etc...), com base de fixação na embarcação com ângulo de 60 graus.</p> <p>8.20. Capota marítima, tipo Lona Náutica Marítima Impermeável Antifungo Antibactericida Anti UV 8x8, de cor preta, com armação em tubos de alumínio de 1.1/4 polegadas, sendo retrátil, com ferragens em alumínio.</p> <p>9. EQUIPAMENTO DE SALVATAGEM</p> <p>9.1. 08 (oito) Coletes salva vidas com gola escamoteável que permite a camuflagem tipo "classe V", para navegação costeira, alto mar, águas brasileiras, sendo este desenvolvido e fabricado de acordo com a NORMAM 05/DPC, permitindo que desvire uma pessoa desacordada em até 5 segundos, mantendo a boca do usuário mais de 12 cm para fora d'água, fabricado com tecido poliéster grosso, e espuma de polietileno de célula fechada, três fechos acetal 40 mm para ajuste de cintura e peito. Dois fechos acetal 40 mm nas fitas entrepernas. Tirantes de polipropileno para ajuste na cintura, peito e pernas. Acabamento em vinil preto para maior conforto e durabilidade. Cada unidade acompanha:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (um) Apito laranja com amarração e bolso; • Fita refletiva (Certificado SOLAS 164.018/6/1; USCG 164.018/8/0); • Alça de segurança para resgate; 				
--	--	--	--	--



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<ul style="list-style-type: none"> • Cabo liga-náufrago; • Lâmpada sinalizadora de tecnologia LED, modelo SLX automática e manual. Acende automaticamente em contato com água doce ou salgada. Podendo ser desligada manualmente, botão ON e OFF. Facilitando a visibilidade à noite para facilitar o resgate. <p>9.2. Bóia rígida de classe III com fitas refletivas de 60 cm (sessenta centímetros) de diâmetro, com cabo retinida de 30m (trinta metros).</p> <p>9.3. 01 extintor pó químico 4kg</p> <p>10. SISTEMA DE NAVEGAÇÃO E COMUNICAÇÃO</p> <p>10.1. Rádio VHF/FM digital marinizada, fixo 52 canais.</p> <p>10.2. GPS/Sonar/Radar, com Visor VGA de 5 polegadas, Receptor GPS/Glonass de 10 Hz, Sonar HD-ID™, Conectividade Wi-Fi, Compatível com o mapeamento do BlueChart® g2 Vision e do BlueChart® g2</p> <p>10.3. Antena VHF em fibra de vidro cor branca de 1 seção, com 25 cm de comprimento, cabo coaxial de 5m e com ganho de 3db</p> <p>10.4. 01 Agulha magnética (bússola) compensável, com iluminação comutável de 12 v, removível, com base antimagnética.</p> <p>10.5. 02 Luzes de bordos, uma boreste (verde) e uma a bombordo (vermelho) em LED, tipo olho de tubarão inox;</p> <p>10.6. 01 luz de alcançado em LED com mastro inox.</p> <p>10.7. 01 luz de mastro.</p> <p>10.8. 02 (duas) luzes strobo.</p> <p>10.9. 02 (duas) Lâmpadas de GIROLED. Sendo que a base em ABS, Lente em Policarbonato, Voltagem: 12V, Cor: Vermelho e Azul, Quantidade de LEDs: 64 LEDs, Sem Imã, fixadas na targa da embarcação.</p> <p>11. COCKPIT:</p> <p>11.1. O cockpit da embarcação deverá possuir uma proteção em acrílico transparente para a proteção do piloto da embarcação e dos equipamentos eletrônicos, instalados no painel de comando.</p>				
2	<p>REBOQUE DA LANCHAS 150 HP:</p> <p>1.1 Sistema de sinalização com lanternas eletrônicas à prova d'água.</p> <p>1.2. Feixes de molas com acabamento em óleo protetivo ceroso.</p> <p>1.3. Corrente de segurança com gancho tipo mosquetão.</p> <p>1.4. Para-choque removível, com alongador articulado.</p> <p>1.5. acabamento anti-corrosivo por galvanização a fogo.</p>	UND	6	R\$ 45.000,00	R\$ 270.000,00

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Marcelo Fabrício da Costa de Albuquerque (Id. 11.419/2006)



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

1.6. sistema de eixos reguláveis. 1.7. suspensão por feixes de molas semi-elíptica 1.8. rodas de aço 14", pneus 185 R 14 C - 8 lonas nos reboques 22 pés em diante. 1.9. pára-lamas em polietileno (branco, cinza ou preto). 1.10. sistema elétrico padrão CONTRAN. 1.11. trava de engate padrão ABNT 50 mm. 1.12. berços longitudinais reguláveis. 1.13. roletes de borracha nas travessas do chassi. 1.14. apoio de proa anatômico com torre para guincho. 1.15. guincho manual com cinta. 1.16. pedestal P1 (3º roda, telescópica). 1.17. lubrificadores de rolamentos. 1.18. Suporte para estepe. 1.19. Estepe. 1.20. Guias traseiras com lanternas (balizas). 1.21. 03 (três) Cintas de amarração com catraca, para 7 (sete) metros de comprimentos. 1.22. PARA LANCHAS DE ATÉ 7 METROS DE COMPRIMENTO				
			VALOR GLOBAL ESTIMADO**	R\$ 2.003.658,00
JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTE				
O julgamento da licitação deverá ser por lote único, para melhor gestão do contrato, pois devido a complexidade da construção dos objetos, eles devem ser compatíveis já que a carreta é construída de forma personalizada de acordo com a embarcação, para a ergonomia do projeto e minimizar riscos de danos, por isso o interesse da administração pública será melhor atendido, se o projeto for executado por um único fornecedor.				
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO				
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	O presente Termo de Referência, visar adquirir 06 (seis) Embarcações com 7 (sete) metros de comprimentos, equipada com motor de 150 HP, visando dar ampla cobertura a malha hidroviária paraense, no combate aos crimes de roubos a embarcações, tráfico de drogas, armas e outros delitos em que há a necessidade da intervenção do Estado, conferindo dessa maneira condições de atuação que podem ser direcionadas pelas operações desencadeadas pelo Grupamento Fluvial de Segurança Pública.			
NATUREZA DO BEM				
<input checked="" type="checkbox"/> Comum. <input type="checkbox"/> Especial.				
PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM				

Assinado eletronicamente pelo usuário: Mircelle Fabricio da Costa de Albuquerque (Id: 11.419/2006) EM 08/07/2024 18:22 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 3F5976404E470839.584859F55F407D16.9B2446F12FA5CFEC.31F289430753F21E



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.	Justificativa: Deverá atender a requisitos técnicos, conforme padrões estabelecidos, pela Marinha do Brasil, durante o teste de navegação antes da entrega do bem.
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia de todos os bens indicados nos itens, no mínimo, 12 meses , a partir do seu recebimento pela contratante. Ressalta-se que a validade da garantia, terá seu início a partir da entrega de cada embarcação. <input type="checkbox"/> Não.	
HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: Durante o período da vigência da garantia de 12 (doze) meses a contratante, deverá prestar a assistência técnica gratuita. <input type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica.	
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO		
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação,. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.	
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado	
	<input type="checkbox"/> Sim.	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<div><input checked="" type="checkbox"/> Sim</div> <div><input type="checkbox"/> Não</div> <div>Qual? Atestado de capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente, os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação</div> <div>Por quê? Garantia de que a empresa possui experiência prévia com o objeto</div>
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<div><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.<div>Justificativa: Conforme inciso VI do art. 67 da Lei 14.133/2021.</div></div> <div><input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.<div>Justificativa:</div></div> <div><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.<div>Justificativa:</div></div> <div><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial.<div>Justificativa:</div><div>Especificar:</div></div> <div><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa</div>

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Marcelo Fabricio da Costa de Albuquerque (Lei 11.419/2006)
EM 08/07/2024 18:22 (hora Local) - Aut. Assinatura: 3f697c4042470038.584859f5f470d16.9b2446f12f8a5c7ec.312289430753f21e



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	complexidade da contratação.
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<p>Serão utilizados os critérios de sustentabilidade abaixo assinalados:</p> <p>- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>-Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<p>justificativa:</p> <p>a) impugnação do Edital;</p> <p>b) Certame deserto ou fracassado;</p> <p>c) Atraso na entrega dos bens.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
FORMA DE ENTREGA DO BEM	
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<p><input type="checkbox"/> Os bens devem ser totalmente entregue de uma só vez.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O bem poderá ser entregue em 2 (duas) parcelas, sendo a 1ª em até 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e a 2ª em até 120 (cento e vinte) dias, seguindo as especificações e quantidades descritas nestes Termo de Referência, sendo o local da entrega na sede do Grupamento Fluvial de Segurança Pública do do Pará - GFLU, ou em local por ele indicado.</p> <p>- Não será recebido pelo setor competente, o material que deixar de obedecer aos padrões estabelecidos nas especificações.</p> <p>- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;</p> <p>- A não aceitação da documentação exigida pela Marinha do Brasil, para o registro legal da Embarcação, de acordo com a NORMAM 02/DPC, será de responsabilidade da empresa empresa, a qual</p>

Assinado por: Marcelo Fabrício da Costa de Albuquerque (Cpf. 11.419.2006) em 08/07/2024 18:22 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 3f6976d08e47083b.584859f55f407d16.982448127FA5CF6C.31F28943075321E



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	deverá adotar todas as medidas para a resolução que a Marinha venha a requerer.
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	<p>O prazo de entrega do objeto deve seguir aos critérios estabelecidos abaixo:</p> <p>Da Contratada:</p> <p>a) Da entrega do objeto: o prazo máximo de entrega será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da emissão nota de empenho, podendo ser estendido, com a justificativa que será analisada pelo órgão demandante.</p> <p>c) Da reapresentação do objeto recusado: até 90 (noventa) dias da data de retirada do objeto.</p> <p>d) Da retirada do objeto recusado: até 10 (dez) dias, após a comunicação da contratante.</p> <p>e) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.</p> <p>Da Contratante:</p> <p>a) Do resultado da análise da conformidade e emissão do termo de recebimento e exame de material (TREM): até 07 (sete) dias úteis após o recebimento dos objetos.</p> <p>b) Da comunicação do TREM à contratada: até 07 (sete) dias úteis após a expedição do relatório técnico.</p> <p>c) Da solicitação de reapresentação do objeto em desconformidade: até 05(cinco) dias úteis após o recebimento do relatório técnico.</p> <p>d) Da emissão do termo de aceitação: até 07 (sete) dias úteis após a entrega e verificação de que o objeto encontra-se em perfeitas condições de funcionamento e uso.</p> <p>f) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p> <p>Local de Entrega:</p> <p>O bem deve ser entregue na sede do Grupamento Fluvial de Segurança Pública - GFLU, localizado na Av. Artur Bernardes, nº 1.000, em horário de expediente, ou em local por ele indicado.</p>
PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	Não se aplica.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Marcelo Fabrício da Costa de Albuquerque (Id. 11.419/2006) EM 08/07/2024 18:22 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 3F697B404E70B38.504B5F55470D16.8E246F2FA5CEC.31F289430753F21E



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	<div><input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.</div>
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<div><input checked="" type="checkbox"/> Sim., nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.</div> <div><input type="checkbox"/> Não.</div>
FORMA DE PAGAMENTO	Meio Ordem bancária.
	Onde? O pagamento será creditado, preferencialmente mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ
	Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	Prova da regularidade fiscal A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<div><input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.</div> <div><input type="checkbox"/> Não há.</div> <div><i>Justificativa: (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</i></div> <div><i>Justificativa: em virtude da complexidade da contratação e do valor do objeto.</i></div>

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Marcelo Fabrício da Costa de Albuquerque (Lei 11.419/2006)
3F6970404E470838-584B59F55F407D16-9B2446F12FASOPEC-31F2B9430753F21E
EM 08/07/2024 18:22 (Hora Local) - Aut. Assinatura:

Belém (PA), 24 de junho de 2024.

TAYLOR BRUNO ANAISSI DE OLIVEIRA PEREIRA - TEN CEL PM
Coordenador de Operações - GFLU



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
Qual a necessidade de ser atendida?	O Grupamento Fluvial de Segurança Pública - GFLU, diretamente subordinado ao Secretário Adjunto de Gestão Operacional, ao qual compete planejar, promover, executar e controlar as ações e operações fluviais de segurança pública e de defesa civil do Estado, promovendo a integração e a otimização dos meios fluviais disponíveis no SIEDS (Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011, Art. 38), além de promover o combate ao tráfico de drogas, crimes e outros delitos.	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
Qual o tipo de objeto?	(X) Bem. Justificativa: Aquisição de 06 (seis) Lanchas em alumínio naval equipada com motor de 150 HP, visando o combate ao crime de tráficos ilícitos e outros ilícitos penais. () Serviço.	
Qual a natureza?	() Continuada	() Com monopólio
	(X) Não continuada	() Sem monopólio.
Qual a vigência do contrato?	() 30 dias (pronta entrega). () 180 dias. (X) 12 meses. () Indeterminado. () outro: _____ () dias. () meses. () anos.	
Poderá haver prorrogação?	(X) Sim. Em consonância com o previsto no artigo 111 da Lei nº 14.133/2021. () Não. () Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
Há transição com contrato anterior?	() Sim. Contrato nº: nnnn/aaaa. Prazo final: dd/mm/aaaa. (X) Não.	
Padrão mínimo de qualidade.	Item	Descrição detalhada
	1	LANCHA VOADEIRA EM ALUMÍNIO NAVAL, COM MOTORIZAÇÃO DE 150HP COM 7 METROS DE COMPRIMENTO CAPAZ DE ATINGIR UM CRUZEIRO DE 18-25 KTS, COM EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA NAVEGAÇÃO EXIGIDOS PELA MARINHA DO BRASIL.
	2	CARRETA DE ENCALHE COM SISTEMA DE SINALIZAÇÃO COM LANTERNAS ELETRÔNICAS À PROVA D'ÁGUA, PÁRA-CHOQUE REMOVÍVEL E CORRENTE DE SEGURANÇA, PARA LANCHAS DE ATÉ 7 METROS DE COMPRIMENTO.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Há critério de sustentabilidade?	(X) Sim. justificativa: Exigência de material reciclado, quando for possível, na constituição dos bens ou em suas embalagens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT; () Não.											
Há necessidade de treinamento?	() Sim. justificativa (X) Não.											
LEVANTAMENTO DE MERCADO												
Onde foram pesquisadas as possíveis soluções?	() Consulta a fornecedores. () Contratações similares. (X) Internet. () Audiência pública. () Outro.											
Justificativa técnica e econômica para a escolha da melhor solução.	A solução mais adequada ao cenário atual para aquisição do quantitativo ideal para o exercício de 2024 é através de um pregão eletrônico para registro de preço, adquirindo assim a quantidade que a instituição necessita.											
Há restrições de fornecedores?	() Sim. justificativa (X) Não.											
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO												
O que será contratado?	Aquisição de Lanchas equipadas com motor de 150 HP, com capacidade para 08 (oito) pessoas, visando ao combate ao crime de roubos, furtos e outros ilícitos nas áreas ribeirinhas..											
Qual o prazo de garantia contratual?	() Não há. () 90 dias. (X) 12 meses.											
Há necessidade de assistência técnica?	(X) Sim. justificativa: A Assistência Técnica se dará durante a vigência da garantia do produto adquirido. () Não.											
Há necessidade de manutenção?	() Sim. justificativa: (X) Não.											
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO												
Como se obteve o quantitativo estimado?	() Análise de contratações anteriores. (X) Análise de contratações similares, usando por referência a aquisições de outras Lanchas com motor 150 HP, já adquiridas pelo Grupamento de Segurança Pública de Segurança Pública. () Outro.											
Descrição do quantitativo?	Levantado de acordo com a utilização de lanchas semelhantes e em utilização pelo Grupamento Fluvial de Segurança Pública do Estado do Pará.											
Especificação	<table><tr><th>Item</th><th>Descrição</th><th>Und</th><th>QTD</th></tr><tr><td>1</td><td>LANCHA VOADEIRA 150HP</td><td>und</td><td>6</td></tr></table>	Item	Descrição	Und	QTD	1	LANCHA VOADEIRA 150HP	und	6			
Item	Descrição	Und	QTD									
1	LANCHA VOADEIRA 150HP	und	6									



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	2	REBOQUE DA LANCH 150 HP	und	6	
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO					
Meios usados na pesquisa	<input type="checkbox"/> Paineis de preços. <input type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas. <input checked="" type="checkbox"/> Fornecedores. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outros. Especificar: _____				
Estimativa de preço	Item	Descrição	Valor unitário	Qtd	Valor total
	1	LANCHA VOADEIRA 150HP	R\$ 288.943,00	6	R\$ 1.733.658,00
	2	REBOQUE DA LANCH 150HP	R\$ 45.000,00	6	R\$ 270.000,00
	TOTAL				R\$ 2.003.658,00
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO					
A solução será dividida em itens?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não, por quê? <input type="checkbox"/> Objetivo indivisível. <input type="checkbox"/> Perda da escala. <input checked="" type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input type="checkbox"/> Economicamente inviável. <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade. <input type="checkbox"/> Outro: Especificar: _____				
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES					
Há contratações correlatas ou interdependentes?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.				
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO					
Há previsão no plano de contratações anual?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não, pois não há plano vigente com base na nova lei 14.133				
RESULTADO PRETENDIDOS					
Quais os benefícios pretendidos na contratação?	<input type="checkbox"/> Manutenção do funcionamento administrativo. <input type="checkbox"/> Redução dos custos. <input type="checkbox"/> Aproveitamento de recursos humanos. <input type="checkbox"/> Redução dos riscos de trabalho. <input checked="" type="checkbox"/> Ganho de eficiência. <input type="checkbox"/> Serviço/Bem de consumo <input type="checkbox"/> Realização de política pública. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: _____				
PROVIDÊNCIAS PENDENTES					



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Há providências pendentes para o sucesso da contratação?	<input type="radio"/> Sim. <input checked="" type="radio"/> Não.
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
Há previsão de impacto ambiental na contratação?	<input type="radio"/> Sim. Especificar as impactos: Especificar as medidas de mitigação dos impactos: <input checked="" type="radio"/> Não.
CONCLUSÃO	
A contratação possui viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental?	<input checked="" type="radio"/> Sim. <input type="radio"/> Não.

Belém (PA), 29 de fevereiro de 2024

TAYLOR BRUNO ANAISSI DE OLIVEIRA PEREIRA - TEN CEL PM
Coordenador de Operações - GFLU



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

Declaramos ter total conhecimento do edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 90012/2024 – FESPDS/PA, estando de pleno acordo com as condições estabelecidas no mesmo, com o qual concordamos integralmente.

Apresentamos nossa Proposta de Preços para Aquisição de 06 lanchas em alumínio naval, com motor 150 Hp, com carreta de encalhe e transporte tipo reboque, com todos os equipamentos náuticos legalmente exigidos pela autoridade marítima para navegação e devidamente caracterizada para o uso policial de segurança pública, do Termo de Adesão nº 14/2023, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

LOTE				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VL UNITÁRIO	VL. TOTAL
01	Lancha Voadeira em Alumínio Naval 150 HP, conforme consta no Termo de Referência.	06	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXXXXX
02	Reboque da Lancha 150HP, conforme consta no Termo de Referência.	06	R\$ XXXXX	R\$ XXXXXXXXX
Valor Total				R\$ XXXXXXXXX

- 111 - Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;
- 2 - A execução do serviço ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90012//2024-FESPDS/PA;
- 3 - Estão Inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, insumos, serviços e encargos sociais.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

CNPJ / CPF:

Razão social / nome:

Endereço com./res:

Município:

UF:

Inscrição municipal:

Inscrição estadual:

Conta corrente nº Cód. Do Banco:

Sigla:

Nome/Número da agência:

Contatos:

E-mail:

Nome do representante que assinará o contrato:

Cargo que ocupa

Estado civil:

Identidade nº:

Cpf nº:

Nacionalidade:

Profissão:

Endereço residencial:

Contatos:

E-mail:

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

xxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xx, bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxx-xxx, em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N.º 42/2008

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº
_____, sediada _____ (endereço
completo) _____, declara, sob as penas da Lei, que:

- () Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;
- () Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2026.

(nome e número da identidade do declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO V

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024-SEGUP/FESPDS/PA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS, E A EMPRESA XXXXXXXX, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, através do **FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS**, com sede na Rua Arcipreste Manoel Teodoro, nº 305, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.516.470/0001-97, neste ato representada pela Secretário Executivo, **Sr. FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR**, MF nº 55738361, nomeado pela Portaria nº 042/2025-GAB/SEC, de 15 de Abril de 2025 (DOE nº 36.202 de 17 de Abril de 2025), doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), cargo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 2024/118327** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2024 - FESPDS/SEGUP/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a aquisição de 06 lanchas em alumínio naval, com motor 150 Hp, com carreta de encalhe e transporte tipo reboque, com todos os equipamentos náuticos legalmente exigidos pela autoridade marítima para navegação e devidamente



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

caracterizada para o uso policial de segurança pública, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital, com recursos proveniente do Plano de Aplicação, oriundo do Termo de Adesão nº 014/2023.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta da Contratada;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

2.1. Este contrato decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2024 - FESPDS/SEGUP/PA**, referente ao **Processo Eletrônico nº 2024/118327**, possuindo fundamentação nas disposições contidas na seguinte legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Lei Complementar Federal nº 123/06 (Estatuto da micro empresa e empresa de pequeno porte) e sua alteração na Lei Complementar nº 147/14; Decreto Estadual nº 878/08 (Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para microempresa e empresa de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Estadual); subsidiariamente a Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a Portaria nº 059/2024-GAB/SEGUP, aos quais CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas;

2.2. De acordo com a **Portaria nº 038/2024-GAB/SEC, de 02 de Abril de 2024 (DOE nº 35.769 de 04 de Abril de 2024)**, a Secretária Executiva do FESPDS, têm competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública, como Ordenadora de Despesas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21;

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/21;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

3.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DESCRIÇÃO

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXX)**, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

4.2. Descrição do objeto conforme especificações abaixo:

LOTE				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LANCHA VOADEIRA EM ALUMÍNIO NAVAL 150 HP, conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	06 UND	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
02	REBOQUE DA LANCHAS 150HP, conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	06 UND	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
VALOR GLOBAL R\$ XXXXX (XXXXXXXXX)				

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA, LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO DO BEM

5.1. DO PRAZO DE ENTREGA:

5.1.1. O bem poderá ser entregue em **2 (duas) parcelas**, sendo a 1ª em até **60 (sessenta) dias**, a contar do recebimento da nota de empenho, e a 2ª em até **120 (cento e vinte) dias**, seguindo as especificações e quantidades descritas nestes Termo de Referência.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

5.1.1.1. O prazo máximo de entrega será de **180 (cento e oitenta)** dias, contados a partir da emissão nota de empenho, podendo ser estendido, com a justificativa que será analisada pela Contratante;

5.1.1.2. Ocorrendo a recusa do objeto da Contratada terá até 90 (noventa) dias, contados da data de retirada do objeto, para reapresenta-lo a Contratante;

5.1.1.3. A Contratada terá até 10 (dez) dias, após a comunicação da Contratante, para realizara retirada do objeto recusado.

5.2. DO LOCAL DE ENTREGA:

5.2.1. O bem deverá ser entregue na sede do Grupamento Fluvial de Segurança Pública GFLU, localizado na Av. Artur Bernardes, nº 1.000, em horário de expediente, ou em local por ele indicado.

5.3. DA ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.3.1. Não será recebido pelo setor competente, o material que deixar de obedecer aos padrões estabelecidos nas especificações presentes no Termo de Referência, Anexo I do Edital;

5.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.3.3. A não aceitação da documentação exigida pela Marinha do Brasil, para o registro legal da Embarcação, de acordo com a NORMAM 02/DPC, será de responsabilidade da empresa empresa, a qual deverá adotar todas as medidas para a resolução que a Marinha venha a requerer;

5.3.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

5.3.5. Além dos prazos definidos no item 5.1, a entrega do objeto deverá seguir aos critérios estabelecidos abaixo, por parte da Contratante:

5.3.5.1. Do resultado da análise da conformidade e emissão do termo de recebimento e exame de material (TREM): até **07 (sete) dias** úteis, após o recebimento dos objetos;

5.3.5.2. Da comunicação do TREM à Contratada: até **07 (sete) dias**, úteis após a expedição do relatório técnico;

5.3.5.3. Da solicitação de reapresentação do objeto em desconformidade: até **05 (cinco) dias** úteis após o recebimento do relatório técnico;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

5.3.5.4. Da emissão do termo de aceitação: até **07 (sete) dias** úteis após a entrega e verificação de que o objeto encontra-se em perfeitas condições de funcionamento e uso.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO: É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado à Contratada por meio de ordem bancária em até **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura do produto, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato ou pela Comissão de Recebimento, juntamente as certidões de regularidade fiscal Municipal, Estadual e Federal;

7.2. O pagamento acima referenciado será creditado em favor do fornecedor, através de ordem Bancária, em conta aberta, preferencialmente, no **Banco do Estado do Pará - BANPARÁ**, deixando bem claro pela CONTRATADA os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

7.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

- a)** Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b)** Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c)** Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

7.4. A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;

7.5. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;

7.8. Concomitante à notificação à CONTRATADA, para que realize a regularização, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e à Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

7.9. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á, a contar da respectiva reapresentação;

7.10. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber.

7.13. Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.14. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

7.15. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;

7.16. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;

7.17. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;

7.18. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;

7.19. A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação.

7.20. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a(s) empresa(s) vencedora(s) não tenha(m) concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.21. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de **12 (doze) meses** e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Sem que a isto limite seus direitos, terá o Fundo Estadual de Segurança Pública -FESPDS as seguintes obrigações:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.1.6. Designar comissão ou servidor para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste instrumento contratual, a serem recebidos;

9.1.7. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da Contratada;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 9.1.8.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;
- 9.1.9.** Efetuar o pagamento no prazo e forma pactuada no contrato, após a entrega dos bens e emissão dos termos de recebimentos emitidos pela Comissão da Contratante;
- 9.1.10.** Proporcionar todas as facilidades, para que a Contratada possa cumprir suas obrigações, dentro das condições estabelecidas neste instrumento contratual;
- 9.1.11.** Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado;
- 9.1.12.** Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 9.1.13.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroverso da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.14.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.1.15.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 10.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 10.1.3.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.5.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 10.1.6.** Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos materiais, inclusive, quando realizada por transportadoras;
- 10.1.7.** Acatar as exigências, decisões e observações feitas pela Contratante, relativamente ao fornecimento dos bens, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, nos limites do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 10.1.8.** Executar fielmente o fornecimento, entregando o objeto contratado nas condições, prazos e quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência e proposta comercial, sem ônus adicionais para a Contratante;
- 10.1.9.** Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à capacidade técnica, operativa e à regularidade fiscal, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação destas condições;
- 10.1.10.** Orientar seus funcionários a manterem sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tome conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Contratante, durante e após a entrega dos bens, e que o descumprimento sujeitará o infrator à aplicação das sanções civis e penais cabíveis;
- 10.1.11.** Comunicar à Contratante imediatamente após o conhecimento de qualquer problema, modificação de projeto, regras de uso e/ou segurança envolvendo o equipamento em questão;
- 10.1.12.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados a prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 10.1.13.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 10.1.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

10.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto contratual, exceto quando ocorrer algum dos casos previstos no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

10.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

b) Multa:

b.1) moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

b.2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

c) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. Sanção prevista no item 12.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133, de 2021;

12.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará;

12.9. A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

12.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, em prazo estipulado pela Administração Pública, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

12.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.15. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

12.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

13.3.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pela Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

13.3.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

13.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Todas as despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do **Termo de Adesão nº 014/2023**, com recurso do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS, representados pela seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 21106

Programa de Trabalho: 06.181.1510.8993.10

Fonte de Recurso: 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077 (Recurso Próprio - Superávit)

Conta do Recurso: AG. 1674- 8 - CONTA 13.168-7

Natureza de Despesa: 3449052

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

15.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP/FESPDS conforme **Parecer Jurídico Nº XXX/2024-CONJUR**, consoante com o art. 53, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

16.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.4. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

16.5. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

16.6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na legislação;

16.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela(s) contratada(s) ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

16.8. A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os materiais fornecidos não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21;

18.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará e Diário Oficial da União, no prazo máximo de **10 (dez)** dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o Art. 28, § 5º, da Constituição Estadual.

19.2. Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em **02 (duas) vias**, pelos representantes e testemunhas a seguir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

21.1. É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém/PA, XX de XXXXX de 2026.

FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - FESPDS

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
CPF: _____ CPF: _____